



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008548-77.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Raimundo Silva Bastos**
 Requerido: **Net Serviços de Comunicação S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que devia importância à ré, elaborando negociação com a mesma e procedendo em seguida à quitação do débito.

Alegou ainda que mesmo assim houve a manutenção de sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito sem que houvesse mais motivos para tanto.

Almeja à exclusão dessa inscrição e ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que experimentou.

A preliminar de ilegitimidade ad causam arguida pela ré não pode prosperar.

Com efeito, é notória a ligação entre ela e a Embratel na consecução de seus serviços, estando nessa consonância os documentos de fls. 02/03 (encerra a comprovação do pagamento feito pelo autor em documento que partiu de iniciativa da ré), o que viabiliza sua colocação no polo passivo da relação processual.

Aliás, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em caso análogo (negativação promovida pela Embratel e ação para questioná-la aforada contra a Net) assim se posicionou em v. acórdão do qual se extrai:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

“Referido apontamento, inobstante ter sido efetuado pela corre Émbratel, deve ser considerado como de responsabilidade objetiva e solidária de ambas as empresas, que formam uma única frente de prestadores de serviços inseridos na cadeia de consumo. Assim o é, haja vista que o risco na cadeia de consumo deve ser suportado por todos aqueles que a integram, de modo que a apelante também deve ser responsabilizada pelos danos causados ao apelado pela negativação, mesmo que essa tenha ocorrido por negligência da outra ré, tratando-se de situação de dano moral presumido (in re ipsa) o qual dispensava a prova de prejuízo concreto.” (TJ-SP, Apelação nº 0055123-05.2007.8.26.0562, 36ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. ALEXANDRE BUCCI, j. 23/01/2014).

Essa orientação aplica-se com justeza à espécie vertente e por esse motivo rejeito a prejudicial suscitada.

Quanto às alegações sobre a carência da ação, encerram matéria de mérito e como tal serão apreciadas.

Superadas essas questões, os aspectos fáticos trazidos à colação não despertam maiores dúvidas.

Nesse sentido, restou positivado que o autor estava em débito com a ré, mas quitou a obrigação.

Tal pagamento está cristalizado a fl. 02, mas a ré não promoveu a retirada da negativação em seguida.

Esse panorama encerra a ilicitude contra o autor.

O dever em dar baixa à negativação não poderia ser carreado a ele, até porque não praticou o ato, mas a quem lhe rendeu ensejo (reitero a solidariedade da ré em face da Embratel a propósito).

Não há, outrossim, indicação concreta mínima sobre os procedimentos porventura levados a cabo para tanto, transparecendo que a exclusão da inscrição derivou da decisão de fls. 04/05.

Fica patenteada nesse contexto a necessidade de afastamento definitivo da negativação, prosperando no particular a pretensão deduzida.

Solução diversa apresenta-se ao pedido para ressarcimento de danos morais sofridos pelo autor.

Ainda que se admita que a negativação injustificada (ao que se equipara à manutenção dela sem causa para tanto) propicie dano dessa natureza passível de reparação, o documento de fls. 90/91 leva a conclusão contrária.

Ele demonstra que o autor ostenta outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito, circunstância que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se acolhe, em consequência, o pleito quanto ao tema.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para determinar a exclusão da negativação tratada nos autos, tornando definitiva a decisão de fls. 04/05.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**